



ATA Nº03.15
Sessão de 26.06.15
XI Mandato

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º - Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros;**
- 2º - Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de 2015;**
- 3º - Atos da Câmara.**

Em virtude da 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, ter pedido a sua substituição nesta sessão foi solicitado pela Mesa da Assembleia que o deputado Henrique Luis Gonçalves Batista fizesse parte da composição da mesma. Sem objeções por parte da Assembleia o deputado acima mencionado ocupou o lugar como 2º secretário.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída nesta sessão por Fernando Alves Fernandes Gaio
- Cátia Cristina Pereira Tavares foi substituída nesta sessão por Luciano Joaquim Fernandes Carreira
- Maria Dulce Maia Marques foi substituída nesta sessão por Ana Isabel Correia dos Santos
- Vicente José Rosado Merendas foi substituído nesta sessão por Miguel Ângelo Pereira Dionísio
- Manuel Joaquim Rafael de Almeida Graúdo, Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, foi substituído nesta sessão pela Secretária Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues

Verificação de ausências:

- Não se verificaram ausências.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Rui Manuel Marques Garcia e os Srs Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, Miguel Francisco Amoêdo Canudo e Edgar Manuel de Almeida Cantante.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pediram para intervir os seguintes cidadãos:

Sr^a Maria Odete Felicíssimo

Começou por dizer que o Sr. Presidente já sabia a sua situação e que têm a ver com a altura em que a puseram na rua com o marido, os filhos e a mãe, sendo que esta última entretanto já faleceu. Continuando, disse que viveram doze anos sem luz, apesar da declaração que o Sr. Presidente lhe passou para entregar na EDP para que lhe fosse fornecida energia elétrica, o que nunca aconteceu, e que um dia saíram de casa para dar um passeio e quando voltaram a fechadura do prédio tinha sido mudada, pelo que não conseguiram entrar mas viram que tinham colocado todos os seus pertences no vão da escada. Dirigiu-se então à GNR, que foi lá, e mandaram chamar a camioneta da Câmara para levarem as suas coisas para um armazém, tendo-lhe sido dito para não se preocupar porque lhe guardavam as coisas e que quando precisasse delas podia ir buscá-las.

A própria foi internada no Hospital do Barreiro, a mãe foi para um lar em Setúbal e da ação social deram indicação para o seu marido ir comer a um lar no Barreiro até que tivesse alta. Quando isso aconteceu foi buscar a sua mãe ao lar que entretanto já tinha ficado com o dinheiro da reforma. Dormiram todos na rua até que a filha, que tinha uma casa para alugar em Alhos Vedros, deu a chave ao pai para irem para lá dormir até encontrarem uma casa, o que aconteceu até ao momento em que vieram para a casa onde vivem agora no Juncalinho.

Quando falou com a secretária do vereador esta disse-lhe que poderia levar as suas coisas em duas vezes mas afinal quando as foi buscar aos armazéns da Câmara levaram tudo numa camioneta e, mesmo a chover, puseram tudo à porta. Foram arrumando e aperceberam-se que faltava um aquecedor a gás no valor de duzentos euros e a respetiva garrafa, para além de outras quatro garrafas, sendo que duas estavam cheias e duas estavam vazias, um par de sapatos que o seu marido tinha acabado de comprar para estrear no natal e os fios da família, pelo que quer reaver todos esses bens.

Mais disse que ainda se encontram nas escadas desse prédio onde viveu alguns dos seus pertences pelo que queria autorização do Sr. Presidente para as ir buscar, mas acompanhada porque tem receio de ir sozinha, porque o processo ainda está a correr em tribunal.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se pretendia prestar algum esclarecimento.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Relativamente à questão colocada sobre os pertences que ainda estão no prédio disse que tratando-se de questões particulares que estão a ser tratadas em tribunal não compete à Câmara envolver-se em conflitos entre inquilinos e senhorios, como é o caso em apreço. Se se tratar de uma questão que necessite de acompanhamento social poderão dirigir-se à Divisão de Assuntos Sociais e o assunto será acompanhado e, no mínimo, será encaminhado para os respetivos serviços da Segurança Social que possam ter respostas para estes assuntos.

Do ponto de vista das afirmações proferidas sobre o desaparecimento dos bens disse que podem ser demonstradas porque se os bens foram levados para o armazém do município na sequência de uma ação de despejo foi elaborado um auto onde foram identificados todos os bens recolhidos. Com certeza que nesse auto estarão todos os bens que foram referidos e, se assim for, terão de procurar responsabilidades quanto ao seu desaparecimento. Se assim não for terão de ver.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Começou por informar que o *site* da Câmara Municipal da Moita foi alterado, no âmbito do processo Setúbal Península Digital, pelo que deverão utilizar as novas palavras passe, vulgo *password*, pessoais e intransmissíveis, que serão facultadas hoje a todos os membros da Assembleia Municipal.

Foram apresentadas, e postas a votação, as seguintes **Atas**:

Ata nº01.15 – Sessão de 27.02.2015 – XI Mandato:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou os membros da Assembleia que o Sr. Luis Chula remeteu aos serviços um pedido para que fossem feitas algumas correções de pormenor nas suas intervenções e efetuou a sua leitura para todos os presentes tendo obtido a concordância dos mesmos.

Submetida a ata a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo catorze da CDU, seis do PS, dois do BE, dois do PSD; seis abstenções, sendo quatro da CDU, duas do PS.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

A título informativo, e uma vez que as abstenções na votação supra têm a ver com ausências na sessão a que a ata se reporta, disse que de acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) as ausências não contam nas votações, ou seja, só participam na votação as pessoas que estiveram presentes na reunião em apreço.

Sr. Luis Morgado do BE

Pedi a palavra para dizer que o facto de uma pessoa ser substituída não significa que não possa votar na Assembleia porque esta reúne mal tenha quórum, logo fica representada. A abstenção significa desconfiança, logo não era preciso a alteração do CPA porque diz o bom senso que quem não esteve presente deve confiar naqueles que estiveram. Este é um funcionamento democrático e é o “abc” da representatividade, como aliás sucede nas coletividades, na cultura associativa que foi escola democrática antes do 25 de Abril.

Ata nº02.15 – Sessão de 29.04.2015 – XI Mandato:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou os membros da Assembleia que também nesta ata o Sr. Luis Chula remeteu aos serviços um pedido para que fossem feitas algumas correções de pormenor nas suas intervenções, tendo mais uma vez efetuado a sua leitura para todos os presentes e obtido a concordância dos mesmos.

Submetida a ata a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e três votos a favor, sendo treze da CDU, seis do PS, dois do BE, dois do PSD; oito abstenções, sendo seis da CDU, duas do PS.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Em seguida, informou que deu entrada na mesa da assembleia:

- 1º Moção “Exigir o fim das limitações à contratação de trabalhadores”, apresentada pela CDU.
- 2º Requerimento ao abrigo do Estatuto da Oposição com um pedido de informação sobre a proposta aprovada por unanimidade, na sessão de 28.02.2014, relativa à transmissão *online* das sessões deste órgão, apresentado pelo PS;
- 3º Requerimento ao abrigo do Estatuto da Oposição com um pedido de informação sobre a atribuição de um subsídio no valor de € 350,00, em 2013, ao Clube de Xadrez da Moita quando este já não existia há mais de dois anos, apresentado pelo PS.

Em seguida foi apresentado, pela CDU, a seguinte **Moção**:

Srª Tânia Ribeiro da CDU

“EXIGIR O FIM DAS LIMITAÇÕES À CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES

Desde 2010, até hoje integrado num processo de ataque autonomia do Poder Local Democrático, as autarquias locais foram confrontadas com sucessivas exigências legais de redução do número dos seus trabalhadores, às quais se somaram restrições efetivas à contratação de novos trabalhadores. Como consequência e só em quatro anos o Poder Local Democrático perdeu mais de 17.000 trabalhadores.

O Orçamento de Estado para 2015 dá continuidade a este processo:

- a) Continuando a impor reduções do número de trabalhadores a vários Municípios (que podem chegar a 3%);
- b) Limitando a contratação nos restantes a critérios cuja confrontação com a realidade resulta numa efetiva proibição de contratação.

Na Câmara Municipal da Moita, desde 2010, esta redução abrangeu cerca de 86 trabalhadores, mais de 7%, dos quais 68 são assistentes operacionais (jardineiros, cabouqueiros, cantoneiros, entre outros).

Com estas limitações perdeu-se experiência, capacidade de resposta e qualidade no serviço público prestado em muitas organizações.

As estruturas autárquicas confrontam-se com as consequências do não rejuvenescimento dos seus quadros: a não transmissão de conhecimentos e experiências às novas gerações de funcionários públicos, o aumento de doenças e patologias profissionais associadas ao aumento da idade média dos trabalhadores, uma menor motivação, uma limitação relevante a novas experiências, novas visões e novas dinâmicas. Hipotecou-se, uma vez mais, o futuro.

É fundamental reconstruir a capacidade de resposta do Poder Local Democrático às suas competências e às necessidades das populações. Só uma inversão da estratégia político-legislativa de redução e limitação do número de trabalhadores nas autarquias locais permitirá repor capacidade operacional, readquirir experiência e encontrar soluções reais.

A esta inversão, é fundamental que se associem, desde logo no plano legislativo, medidas que contribuam para a construção de políticas de valorização profissional, para a reconstrução de perspetivas de carreira pública, para valorizações remuneratórias claras e para um horizonte de progressão real dos trabalhadores.

É imprescindível que, na esteira das conclusões aprovadas no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), se opere uma “mudança de paradigma” da qual resulte “o reforço da autonomia local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia”, passando pela revogação das “regras relativas à gestão de recursos humanos, colocando-se um termo às reduções obrigatórias de pessoal e às limitações ao recrutamento de pessoal”.

Nestes termos, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 26 de junho de 2015, delibera:

- a) Exigir o fim de todas as limitações legais à contratação de trabalhadores;
- b) Reiterar a necessidade de construção e afirmação de uma visão do Poder Local Democrático que respeite a sua autonomia e contribua, efetivamente, para a consolidação da sua capacidade de resposta face às necessidades das populações e do país;

Associar-se às conclusões do XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), demandando uma “mudança de paradigma” da qual resulte “o reforço da autonomia local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia”, passando pela revogação das “regras relativas à gestão de recursos humanos, colocando-se um termo às reduções obrigatórias de pessoal e às limitações ao recrutamento de pessoal”.

Submetida a moção a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, dois do BE; dez abstenções, sendo oito do PS, duas do PSD.

Em seguida foram apresentados, pelo PS, os seguintes **Requerimentos**:

Sr. Luis Chula do PS

“Os membros desta Assembleia, eleitos pela lista do PS, vêm, no âmbito do seu direito a solicitar e receber informações sobre assuntos de interesse para o município, conforme o previsto na al^a d) do n^o2 do art. 25^o da Lei n^o75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) na sua versão atual, e art. 4^o da Lei n^o24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), solicitar que V.Exa., se digne, diligenciar junto do Presidente desta Câmara, a obtenção de informação e dados em concreto sobre a execução da proposta apresentada e aprovada por unanimidade na reunião da Assembleia Municipal realizada a 28.02.2014, e relativa à transmissão online das sessões desta assembleia e conexos.

Isto porque, mau grado a várias insistências que têm sido feitas, não tem sido dada uma explicação aceitável.

Mais se solicita que as informações sejam prestadas por escrito e no mais curto tempo possível.”

Sr. Luis Chula do PS

“Os membros desta Assembleia, eleitos pela lista do PS, vêm, no âmbito do seu direito a solicitar e receber informações sobre assuntos de interesse para o município, conforme o previsto na al^a d) e al^a f) do n^o2 do art. 25^o da Lei n^o75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) na sua versão atual, e art. 4^o da Lei n^o24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), solicitar que V.Exa. se digne, diligenciar junto do Presidente desta Câmara, a obtenção de informação sobre a seguinte situação:

- 1) Na sessão da Assembleia Municipal, realizada a 30-04-2014, aquando da Discussão do Relatório e Contas de 2013, constatou-se que, na página 189 (ressalve-se sempre lapso na página) do Relatório e Contas, foi feita referência a um subsídio de 350 € entregue ao Clube de Xadrez da Moita.
- 2) Nessa mesma sessão (V. pág. 35 da respetiva Ata) foi, pertinentemente observado, que, o clube em questão, já não existia há mais de 2 anos daquela data.
- 3) Na sessão da Assembleia Municipal, realizada a 21-11-2014, não só foi levantada novamente a questão como se informou que o responsável pelo clube afirmou nunca ter levantado tal cheque (V. pág. 43 da Ata).
- 4) Nenhuma dessas situações mereceu reparo ou explicação por parte do Ex^o Sr. Presidente da Câmara.

Assim sendo e, atendendo à gravidade da situação requer-se, por escrito e no mais curto tempo possível, o seguinte:

- seja prestada informação sobre eventuais diligências tomadas pela Câmara em virtude da informação prestada;
- seja prestada informação sobre os critérios seguidos por esta Câmara para atribuição deste tipo de subsídios;
- seja fornecida documentação referente à atribuição do subsídio em causa, nomeadamente, fotocópia do cheque ou comprovativo da transferência bancária ou, em alternativa, que seja permitida a consulta do processo.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que os requerimentos supra, entregues à Mesa da Assembleia, serão devidamente encaminhados para o Sr. Presidente da Câmara Municipal no sentido de informar e prover aquilo que é solicitado.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro pretendia intervir.

Sr. Luis Chula do PS

Na sequência da intervenção do público aquando da última Assembleia o Grupo Municipal do PS neste órgão enviou ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais um pedido com o seguinte teor:

“Tendo dúvida se devemos dirigir este pedido à Câmara Municipal ou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal dirigimo-nos a vós solicitando o favor de encaminharem esta nossa solicitação ao órgão competente:

Exmos. Senhores

Tendo em conta as reclamações apresentadas por um casal de munícipes na Assembleia Municipal de ontem no período a estes destinado antes da Ordem do Dia, solicitamos autorização para uma curta representação da Bancada do Partido Socialista visitar o jardim de Infância do Carvalhinho para in-loco tomarmos conhecimento da realidade invocada pelos referidos munícipes.

Mais agradecemos que nos seja indicado com quem devemos articular esta visita.

Desde já agradecidos,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Luis Chula”

Como até ao momento não tiveram qualquer informação, nem sabem qual foi o desenrolar deste pedido de autorização, questionou se o Presidente da Assembleia tinha conhecimento e se o mesmo foi dirigido à Câmara Municipal ou a outro órgão qualquer.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Assumi a responsabilidade e apresentou um pedido de desculpas por não ter encaminhado devidamente o assunto.

Sr. Luis Chula do PS

Aceitou o pedido de desculpas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 03/06/2015:

“De acordo com o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013 de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto.

O desporto tem sido progressivamente reconhecido como um poderoso instrumento para o desenvolvimento harmonioso da sociedade e constitui-se como um importante fator de desenvolvimento dos cidadãos.

A prática de atividades físicas e desportivas constitui um importante fator de equilíbrio e bem-estar dos cidadãos, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade, e reconhecida como elemento fundamental de educação, cultura e vida social do cidadão, proclamando-se o interesse e direito à sua prática.

O acesso dos cidadãos à prática física e desportiva constitui um importante fator de desenvolvimento.

Sendo que as autarquias locais constituem um dos pilares fundamentais do desenvolvimento desportivo nacional e regional, a Câmara Municipal da Moita tem vindo a dotar o concelho com infraestruturas desportivas, suscetíveis de influenciar positivamente a qualidade de vida dos seus munícipes.

A Piscina Municipal visa satisfazer as necessidades educativas e formativas da população do concelho da Moita, contribuindo para o aumento e manutenção dos índices de prática desportiva regular e de recreação da população, promovendo a ocupação dos tempos livres de forma salutar e agradável.

Este equipamento permite responder às necessidades de manutenção e melhoria dos índices de saúde da população, incentivando hábitos de prática desportiva regular, como estilo de vida ativo e saudável, e contribui para a prática desportiva especializada.

Consciente da importância e do contributo que as Piscinas Municipais assumem no bem-estar, desenvolvimento e saúde dos seus munícipes, vem a Câmara Municipal da Moita regulamentar o funcionamento e utilização deste espaço e equipamento.

Nestes termos, a Câmara Municipal da Moita deliberou, em reunião ordinária de 17 de dezembro de 2014, ao abrigo do disposto no artigo 32.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a consulta pública, para recolha de sugestões, o projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros, pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da sua publicação no Diário da República, que decorreu de 02 de janeiro a 12 de fevereiro, e do artigo 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, doravante designado por CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação atual, tendo sido disponibilizado ao público através do Aviso n.º 14588/2014, publicado no Diário da República n.º 252 da 2.ª série de 31 de dezembro de 2014, de Edital datado de 18 de dezembro de 2014, afixado nos locais públicos do costume nesta data e no sítio da Internet do Município da Moita em www.cm-moita.pt, e publicado aviso no jornal Diário da Região no dia 22 de dezembro de 2014.

No âmbito da consulta pública foram apresentadas sugestões, tendo as mesmas sido apreciadas e ponderadas.

Foram ainda apresentados pelo Gabinete Jurídico e pelo Departamento de Assuntos Sociais e Cultura alguns contributos.

Após análise das referidas sugestões e contributos foram estes acolhidos, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação do GJ n.º 18/2015, de 28 de maio de 2015, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante e foram vertidos na redação final do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante e que ora se submete.

As alterações introduzidas motivam-se por melhoria e clarificação da redação dos termos do regulamento, assumindo portanto a natureza de mera conveniência, não impondo deveres, sujeições ou encargos, nem colidindo com os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pelo que, não deve ser repetido o período de consulta pública, uma vez que, não se verifica nenhuma alteração substancial do projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros anteriormente submetido para recolha de sugestões.

Face ao exposto, propõe-se que:

A Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à Assembleia Municipal da Moita, para efeitos de aprovação, nos termos dos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos artigos 114.º a 119.º do CPA, vigente à data do início do procedimento, o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros em anexo à presente proposta.

Anexo: Informação GJ n.º 018/2015, de 28 de maio de 2015 e Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Antes de apresentar a proposta quis esclarecer a razão das ausências por parte do executivo municipal, sendo que o Vereador João Romba está em gozo de férias e os vereadores Daniel Figueiredo e Miguel Canudo estão na abertura da Feira do Livro em Alhos Vedros, razão pela qual ainda não chegaram.

Continuando, disse que uma vez que era suposto ser o Vice-Presidente a fazer a apresentação da proposta, porque é ele quem tem o pelouro e quem acompanhou este processo, vai tentar explicar o melhor possível. Informou então que esta revisão do regulamento da Piscina Municipal tem por objetivo adequar as normas à experiência que foi adquirida ao longo dos anos de funcionamento, bem como dar resposta a algumas questões.

Do ponto de vista das normas de funcionamento e daquilo que são os direitos e os deveres dos utentes não há alterações significativas uma vez que são precisões. As alterações que consideram mais importantes, pelo reflexo que têm para com os utentes, estão relacionadas com a possibilidade destes serem ressarcidos do pagamento da sua mensalidade a partir da existência de dois encerramentos da piscina, quando antes se falava apenas de dois dias de encerramento consecutivos. Por vezes acontecia que os dias não eram consecutivos mas ocorriam no mesmo mês porque havia acidentes, e os acidentes podem ser de natureza diversa porque podem ser mecânicos mas também podem ser acidentes pessoais, como por exemplo se num grupo de crianças muito jovens alguma delas tiver um descuido na água é o suficiente para que seja preciso encerrar a piscina durante algum tempo para efetuar a limpeza. Por serem situações que ocorrem com alguma frequência, e porque os utentes se queixavam por não serem ressarcidos, agora está previsto que desde que haja duas falhas no mesmo mês, consecutivas ou não, os utentes serão ressarcidos do valor correspondente.

Passa a estar prevista a possibilidade de os utentes, por doença ou impedimento de longa duração, não perderem a sua vaga na inscrição, sendo possível justificar a sua não comparência durante dois meses.

É ainda introduzida uma modalidade de hidroginástica livre que permite dar resposta à situação de pessoas que têm dificuldades, embora necessitem e queiram manter-se, em cumprir um horário fixo e daí a criação de classe de hidroginástica com horário flexível que permitirá acolher uma série de sugestões que tinham sido feitas pelos utentes da piscina.

Existem ainda pequenas alterações e precisões mas que não alteram de forma significativa aquilo que é o funcionamento normal e habitual da Piscina.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, seis do PS, dois do BE, dois do PSD.

2 – Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de 2015

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 17/06/2015:

“O atual modelo de gestão na administração pública consagra que, a cada ano de planeamento e execução orçamental, se promova a elaboração de mapas de pessoal que integram os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e competências dos serviços, nestes termos foi em reunião realizada em 29 de outubro de 2014, deliberado pelo executivo Camarário, aprovar a proposta de mapa de pessoal para o ano de 2015, posteriormente aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 21 de novembro de 2014.

Informam os serviços que, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar a Câmara Municipal, tem celebrado desde setembro de 1997 com a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e o Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Setúbal, um Acordo de Cooperação que incumbe o Município de colocar Assistentes Operacionais nas salas de Jardim de Infância e a DGESTE do pagamento das respetivas remunerações. Com base neste programa o número de salas tem vindo a aumentar bem como a colocação de Assistentes Operacionais.

O Município da Moita, tem vindo a alargar a sua rede de salas de educação pré-escolar, proporcionando uma oferta alargada a todas as freguesias.

Neste sentido, e tendo em conta o número de assistentes operacionais/auxiliares de ação educativa, atualmente existentes no Mapa de Pessoal (29), verificam-se grandes dificuldades na gestão dos recursos humanos, para as atuais 35 salas de jardim-de-infância.

Assim, de forma a garantir em permanência o bom funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente recorrendo à promoção de competente procedimento concursal para o recrutamento dos referidos assistentes operacionais, propõe-se a criação de mais 3 lugares de assistentes operacionais/auxiliares de ação educativa, a incluir no Mapa de Pessoal de 2015.

Nestes termos, submeto a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal a aprovação da Câmara Municipal e posterior remessa à Assembleia Municipal, para deliberação nos termos da alínea o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

O que se propõe é uma alteração ao mapa de pessoal para possibilitar a abertura de concurso para admissão de assistentes operacionais, isto é, auxiliares de ação educativa na anterior designação. Importa ressaltar que esta admissão não contradiz em nada aquilo que é a impossibilidade genérica das instituições da administração pública contratarem pessoal, uma vez que se trata da única exceção em concreto que é esta, dado que este é um número variável, e foi esse o entendimento de quem fez a lei do OE e é essa a realidade anual dos municípios, em que não só varia o número de salas de aula de pré-primária, que tem vindo progressivamente a aumentar, e sempre que se abre uma sala nova requer a colocação de um/a novo/a trabalhador/a, como também existe uma variação anual do número de trabalhadores necessários uma vez que alguns deles farão o acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais, cujo número varia de ano para ano e, quando existem alunos com necessidades profundas e com problemas de saúde graves, têm de ser assistidos em permanência por um auxiliar o que origina essa variação anual.

No ano passado abriram duas salas com pré-primária e deram resposta às necessidades com algumas contratações temporárias de trabalhadores/as em regime de avença/tarefa, mas estando neste momento consolidada a necessidade de, neste âmbito, um número de trabalhadores/as maior do que aquele que têm no mapa, entenderam que o correto é abrir os lugares no mapa, contratar as pessoas e ficarem só para os contratos temporários as tais que anualmente são variáveis.

Pelo exposto, propõem a abertura de três lugares no mapa para que possa ser aberto um concurso a tempo de, no próximo ano letivo, terem os/as trabalhadores/as necessários.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Staline Rodrigues do PS

Disse querer apenas um pedido de informação porque já discutiram aqui o problema relacionado com a dificuldade de admissão pessoal efetivo para as câmaras municipais mas não lhe parece que esse problema contribua para que as câmaras não contratem o pessoal que pretendem.

Continuando disse que na ata de trinta de abril fez referência ao quadro de pessoal que então lhes foi apresentado e ao facto de estarem inscritos nesse mesmo quadro setecentos e sessenta e cinco trabalhadores, sendo cento e dois técnicos superiores e cento e cinquenta assistentes técnicos, num total de duzentos e cinquenta e dois, e quatrocentos e sessenta e oito assistentes operacionais.

Reportando-se àquilo que julga ser o relatório e contas do passado ano, disse que da página duzentos e quarenta e oito a duzentos e cinquenta e dois, estão setenta trabalhadores em contratos individuais por avença ou tarefa, e da página duzentos e dezoito a duzentos e vinte e cinco, estão inscritos mais oitenta e sete contratos individuais de trabalho.

Existe portanto um número de cento e cinquenta e sete trabalhadores que não são efetivos pelo que a questão que coloca é se porventura, considerando que a Câmara neste ano contratou setenta trabalhadores em contratos individuais por avença ou tarefa e mais oitenta e sete contratos individuais de trabalho com

função destinada, e de acordo com estes números, se justifica a necessidade de hoje contratar três ou quatro trabalhadores.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Porque não podem avaliar o número de trabalhadores sem saberem as necessidades que têm, porque toda a gente quer ter o lixo limpo, a relva cortada, os serviços prestados, disse querer apenas fazer um comentário ao que acabou de ouvir porque não ouvia um tipo da Troika dizer uma coisa pior, porque acha que isto é grave e porque a si, enquanto trabalhador, ofendeu-o.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Os trabalhadores do quadro do município têm vindo a reduzir e em relação há seis anos atrás são cerca de menos de uma centena, sendo que esta redução incidiu sobretudo nos setores operacionais onde as saídas, até pela idade das pessoas, uma vez que se tratava de trabalhadores com mais anos de serviço, ocorreram por motivos de reforma, enquanto o nível etário nos técnicos é mais jovem uma vez que a tecnicidade nos municípios começou a ser uma realidade nos últimos vinte anos porque até aí era muito escassa. Logo, o corpo técnico é mais jovem que o corpo operacional e daí ter sido menos afetado por estas saídas que ocorreram nos últimos anos sem poderem ser substituídas.

O número de avenças que aqui foram referidas são mais do dobro daquilo que é a realidade dos trabalhadores ao serviço, porque se contam as avenças que são feitas ao longo do ano onde, por exemplo, se contam as quase quarenta avenças que são feitas com os monitores das férias jovens que trabalham quinze dias cada um. Logo, é um número que não se refere a nenhuma realidade concreta porque a realidade concreta é que o município tem, normalmente, cerca de trinta trabalhadores ao serviço em situação de tarefas, e aqui incluem-se situações muito específicas como por exemplo na Piscina Municipal onde têm pessoas que desde sempre trabalharam por tarefa para poderem preencher as pontas de horários e que fazem três ou quatro horas por dia ou algumas horas ao fim de semana.

Concluindo disse que têm situações muito diversas que não dão resposta àquilo que é o problema central dos municípios portugueses neste momento, que é a falta de pessoal, e que este impedimento afeta seriamente a capacidade operacional e a capacidade de intervenção do município.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Pedi novamente a palavra para fazer uma referência à intervenção do Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira porque denota as suas exigências, muitas vezes inconvenientes, indignas desta Assembleia e onde ele próprio considera, numa das suas expressões, ter sido bruto. Não foi o caso mas parece-lhe que não reconhece o direito da oposição fazer uma pergunta, como foi o seu caso, delicadamente e com toda a ética ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que ia dar a palavra ao Sr. Nuno Cavaco mas, sobre este assunto, não a daria a mais ninguém e que apenas o fez porque entendeu estes pedidos como um direito de resposta.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Por ter sido aqui dito qualquer coisa como “temos trabalhadores a mais na Câmara” sem qualquer tipo de contexto, e por ter falado dos contratados daqui e dali e ter dado a ideia que há trabalhadores a mais, o próprio sentiu-se ofendido enquanto trabalhador, como acha que toda a gente que trabalha na Câmara se deve sentir ofendido com isso, e daí ter dito que acha que isto é igual à linguagem de um responsável da Troika, o que reiterou. Não ofendeu ninguém, é a sua opinião.

Ora, se o Sr. Staline Rodrigues se arroga no direito de dar opinião e não quer contraditório está aqui mal, porque também entende que o Sr. Staline o deve contrariar e dar a sua opinião, mas nunca lhe disse que foi inconveniente ou isto ou aquilo. Deve ter um bocadinho de cuidado com o que diz porque aqui não é mais democrata que os outros e, às vezes, até parece menos, porque o que disse agora é muito grave. Dê a sua opinião e justifique porque diz que há trabalhadores a mais e aceite a dos outros, como a do próprio que diz que há trabalhadores a menos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, seis do PS, dois do BE, dois do PSD; uma abstenção do PS.

3 - Atos da Câmara

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma apresentação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse querer referir dois acontecimentos graves que vão ocorrer muito em breve, porque que pensa que devem estar todos alerta sendo que, aliás, já foram tomadas posições tanto neste órgão como na Câmara Municipal sobre estes assuntos, mas agora vão dar um novo passo que importa dar nota.

Referiu-se em concreto ao processo de privatização da EGF, empresa até agora pública e titular das participações do Estado nos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, processo este que continua a andar, sendo que o Governo pretende entregar a gestão dos sistemas ao consórcio privado a quem foi atribuída a EGF durante o próximo mês, o que é um golpe muito grave nos serviços públicos, no interesse público e até no interesse económico nacional. Importa também dar nota que prossegue a batalha, não só política como jurídica, contra este processo e é verdade que não estão a ser obtidas as vitórias desejadas mas os processos não tiveram ainda decisões finais dos tribunais. Existem inúmeros processos colocados por muitos municípios do país contra esta privatização e contra o processo que a ela conduziu, incluindo um processo colocado pelo município da Moita que ainda está a aguardar decisão dos tribunais. Apesar de até agora não terem obtido os resultados desejados, porque não travaram o processo, não está ainda decidido em definitivo.

Chamou ainda a atenção para a gravidade daquilo que se vai descobrindo neste processo, que para além do mais foi extremamente opaco e tudo indica que foi uma verdadeira “negociata” onde nem sequer houve um mínimo de transparência ou de legitimidade, porque no âmbito destas batalhas jurídicas que se têm procurado fazer foi reclamado várias vezes, por alguns municípios, o acesso ao processo da privatização,

acesso esse que foi sistematicamente negado até que finalmente se obteve uma ordem de tribunal para que a PARPÚBLICA mostrasse o processo, o que aconteceu. Aquilo que lá se encontrou foi pior do que aquilo que se podia esperar porque no processo está explícito que o consórcio vencedor pretende proceder à fusão dos onze sistemas hoje existentes transformando-os em seis, incluindo a fusão entre a VALORSUL e a AMARSUL, mas o mais grave ainda é o facto de o consórcio prever reduzir o pessoal em cerca de vinte e cinco por cento.

Está também previsto que o consórcio pretende apostar no reforço da incineração, aumentando a linha de incineração atualmente existente da VALORSUL, em São João da Talha, como está assumido pelo consórcio, o que é de uma gravidade extrema, que não terá condições para cumprir as metas do PERSU (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos) cujo cumprimento, o Governo, através das diretivas da União Europeia, pretende impor a todo o país, e ali faz-se uma privatização e entrega-se a uma empresa que explicitamente refere que não irá cumpri-lo, o que de facto configura uma situação inqualificável em todo o processo.

O outro processo que também se vai concretizar no dia um de julho é a criação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ALVT), que é uma empresa constituída por oitenta e seis municípios e que vai resultar da fusão dos sistemas de águas e ou de saneamento que vão desde a SIMARSUL, abrangendo a EPAL e as Águas do Oeste até às Águas de Foz Coa, ou seja, até Castelo Branco. No caso dos municípios da SIMARSUL não foi ainda entregue, mas está em preparação, uma ação judicial sendo que outras já foram entregues e ou anunciadas, não só em relação a este sistema como também em relação aos seus congéneres, como por exemplo nos municípios da Área Metropolitana do Porto, do Norte e da zona Centro, portanto Coimbra, porque o que mais uma vez está aqui é um rude golpe num serviço público essencial, num bem público, num direito humano, que é o acesso à água que aqui é afastado das populações e afastado das regiões, num processo de centralização. O que está em causa é a violação grave de princípios constitucionais de repartição de competências entre Administração Central e Administração Local, uma vez que o ordenamento jurídico português atribui ao Poder Local as competências para a gestão da água e do saneamento e, por esta via, o Governo expropria a competência, expropria o património que foi construído ao longo dos anos, alarga os períodos de concessão, expropria até os direitos dos municípios enquanto acionistas, porque o município hoje é acionista da SIMARSUL, empresa da qual detém cerca de sete por cento do capital, que tem um determinado valor, e agora vai deter um oitenta e seis avos de quarenta por cento do capital do novo sistema, cujo valor nem sequer é verdadeiramente conhecido.

O combate a este processo está a iniciar-se, não apenas do ponto de vista político mas também do ponto de vista jurídico, sendo que no próximo dia trinta vai haver em Lisboa uma ação pública dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa que aprovaram, por unanimidade, uma posição no último Conselho Metropolitano contra este processo, uma vez que nesse mesmo dia o Governo pretende fazer a assembleia geral de criação do novo sistema e a eleição dos seus corpos sociais. Os processos judiciais que estão em preparação visam combater mais este esbulho que vai ser feito aos municípios portugueses e, através dele, as consequências para as populações que podem não ser imediatas mas a prazo serão porque do que se trata aqui, além do mais, é de sanear financeiramente a Águas de Portugal, pondo os sistemas lucrativos como é o caso da SIMARSUL, que embora tenha problemas é potencialmente um sistema equilibrado, a sanear as dívidas monstruosas que existem nos municípios do interior e preparar o “bolo” para, daqui por uns tempos, ter o mesmo destino que tem agora a EGF, isto é, a privatização.

Colocado o relatório à discussão Intervieram os seguintes membros:

Sr. Carlos Cardoso do PSD

Começou por referir que no Boletim Municipal nº77, o último a ser distribuído à população, e apesar de já ter reparado que *online* já foi feita a correção, Alhos Vedros não consta como freguesia da Moita e não tem festas.

Em segundo lugar questionou para quando se prevê a lavagem de todos os contentores do lixo do município porque têm contentores que não têm ponta por onde se lhe pegue e já há algum tempo que não são lavados.

Por último, e sobre a fusão de várias empresas da EPAL com a ALVT, disse concordar um bocadinho com aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara e que esperava que essas providências cautelares já estivessem na rua, o que lamenta. Considera que não foi um processo claro nem foi um processo bom mas acredita que não vai prejudicar, de todo, a população, ou seja, aqueles que usam o serviço de abastecimento, porque aquilo que se pretende que é ter a praia do Rosário com água melhor, o Seixal com água melhor, toda a Península com água tratada, vai acontecer porque as ETAR's não saem do sítio, os operadores ficam no sítio e o serviço mantém-se. É portanto uma questão de administração com a qual, de início, concordava, e concorda no que concerne à redução das administrações, mas pensa que o resto do processo não foi feito da melhor maneira. A nível de dinheiros pensa que irá ser para bem e não para mal, o que espera que sim, mas em parte concorda e espera que no dia trinta já não vão tarde.

Sr. António Chora do BE

Quis alertar para o facto da saída dos jovens estudantes da escola D. João I se fazer muitas vezes de forma intempestiva, algumas vezes pelo portão das viaturas que se encontra normalmente aberto, e não há uma vedação no lado de fora do passeio que evite que os jovens se lancem imediatamente para cima da passeadeira. Porque os jovens correm sérios riscos sugeriu que primeiro se fechasse o portão das viaturas e que o mesmo só abrisse para a entrada ou saída das mesmas, segundo que o portão de entrada e saída do jovens, o único que devia servir para o efeito, tivesse à sua frente um gradeamento que os obrigasse a “travar” quando saem, contornando-o, porque todos sabem como são os jovens e a forma como se lançam, e isto para que um dia não se dê ali um acidente grave.

Sr. Luis Morgado do BE

Disse que gostava de ser informado, se possível, sobre a situação que envolve a comissão de menores, mais concretamente no que concerne ao acompanhamento dos menores e dos processos, porque lhe constou que havia algumas dificuldades e porque, tendo em conta os casos mais complexos desta estrutura, julga que esta Assembleia deve ser informada por não se tratar de uma questão menor.

Srª Ana Isabel Santos do PS

Reportando-se ao edifício onde era a “FIAT” que está degradado, com *graffitis*, sem janelas, completamente vandalizado, tendo-lhe sido relatada a presença frequente de toxicodependentes bem como o facto de já terem sido vistas várias crianças a explorar o local, questionou qual a intervenção que a autarquia já teve no edifício e se já notificou o proprietário para que sejam tomadas medidas para repor a segurança do mesmo.

Sr. Carlos Albino do PS

Reportando-se aos incidentes ocorridos na madrugada de hoje, sobre os quais ouviu falar com grande consternação e pesar, e tendo o PS, já em quinze de outubro de dois mil e onze, feito algumas sugestões e propostas relativamente ao local em causa, disse que gostaria de saber se houve por parte da Câmara, no local das Festas Multiculturais do Vale da Amoreira, alguma vistoria a nível da segurança, se a Comissão de Festas tem, ou se existe, algum plano de evacuação em caso de emergência e se cumpre com todos os procedimentos legais para a realização do evento.

Questionou ainda se era possível demonstrar se a afetação de efetivos ao local era a correta e se houve alguma avaliação do número de efetivos que deviam estar no local.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Disse querer falar de um problema que naturalmente não o sensibiliza só a si mas a todas as pessoas aqui sentadas, por se tratar de um assunto um pouco semelhante àquele que foi colocado hoje por uma cidadã da Moita, relativamente ao corte da luz. Todos percebem os problemas que se levantam quando a EDP toma a iniciativa de cortar a luz por falta de pagamento embora, não obstante o problema que vai expor, tenha vivido até aos seus dezoito anos sem luz elétrica o que significa que se vive sem luz, muito mais difícil é viver sem água potável em casa, pelo que vai colocar uma questão à Câmara, muito tranquilamente, e espera não ser tão mal recebido como foi aquando da sua primeira intervenção.

Continuando, disse saber que a Câmara faz regularmente cortes de água, que crê serem efetuados de segunda a quinta-feira, pelo que o que pretendia saber é qual o critério utilizado, se é feita alguma análise pelos serviços sociais da Câmara ou se é apenas pela dívida, ou seja, se se corta a água às pessoas sem ser feita qualquer outra análise profunda, o que não acredita.

Disse ainda haver outras coisas que o confundem porque ainda hoje quando foi, como habitualmente, ler o jornal à biblioteca leu um título no “Público” que dizia que “*Governo aprova subsídio de renda para inquilinos com carências financeiras*” e daí querer alguma informação relativamente às questões da renda e da água para depois poder acrescentar, ou não, a sua opinião sobre o tema.

Sr. José Moura do PS

Em primeiro lugar e reportando-se à estrada que foi construída desde a rotunda do Vale de Grou até à escola José Afonso, utilizada essencialmente pelos alunos desta escola, disse que a mesma carece de um passeio, pensa que há espaço para isso e que se devia aproveitar as férias escolares para pôr “mãos à obra”.

A outra questão que pretende apresentar tem a ver com a Lagoa da Pega, mais concretamente com o antigo parque 25 de Abril, e mais antigo ainda porque está ao abandono por uma questão de propriedade. Seja como for nesta altura do verão ele está em condições de perigosidade e não sabe até que ponto a Câmara não poderia, mais uma vez, pôr “mãos à obra” e fazer pelo menos uma limpeza àquelas ervas porque aquilo é um perigo em potencial.

Por último referiu a celeridade desta reunião, ou seja, o facto de ser rápida não significa que não seja objetiva e produtiva, e daí pensar que esta é que deve ser a regra e referir-se a ela com agrado.

Sr. João Faim da CDU

Disse ter três questões para colocar sendo que a primeira já foi aqui referida e prende-se com o novo *site* da internet do município porque é de assinalar, quer pelo seu aspeto e *design* gráfico quer pelo modo apelativo com que é possível navegar nele. A nível dos conteúdos terá certamente algum enriquecimento mas sugeriu, porque não encontrou mas até pode lá estar, que fosse publicitada a realização da reunião da Assembleia Municipal.

Em segundo lugar pretende congratular-se com a intervenção do município na Rua Bento de Jesus Caraça, na Moita, num lote municipal que foi limpo e devidamente vedado, onde já existiam ervas com alguma altura e onde também foi completado o passeio que ficou por fazer há muitos anos, no âmbito das infraestruturas daquele loteamento. Pensa que foi um bom exemplo dado pelo município enquanto proprietário do lote e, uma vez que existem outros em circunstâncias idênticas mas que são de propriedade privada, questionou se existe algum plano ou se há alguma estratégia com vista à notificação dos respetivos proprietários para que estes intervenham, porque em espaço público a Câmara tem vindo a intervir, tal como tem feito em situações mais perigosas, mas de facto existem terrenos que têm a sua mais-valia, são terrenos urbanos que estão a valorizar porque não deixam de ter o seu título de propriedade mas alguns deles prejudicam a imagem pública do concelho.

A terceira questão prende-se com uma situação semelhante à que foi referida relativamente ao edifício da “FIAT” na Baixa da Banheira, pensa que esta é tão ou mais grave ainda e já foi aqui colocada por mais de uma vez, que é a questão do antigo quartel de bombeiros da Moita. Já foi dada informação pela Câmara Municipal relativamente a algumas diligências que decorrem deste o antigo até ao atual Governo, várias promessas não cumpridas, várias situações de perspectivas de resolução que nunca se concretizaram, mas o certo é que é um edifício que está ao total abandono, que gera grande insegurança, é um antro de marginalidade e, mais gravoso ainda, é um edifício do Estado, mais propriamente do Ministério da Administração Interna (MAI). Neste sentido, o Estado, enquanto pessoa de bem, não se pode demitir das suas obrigações e as pessoas que assumem a responsabilidade do MAI deviam ser notificadas a agir porque a situação atual está em total arrepio perante os regulamentos e posturas municipais, bem como perante a legislação que obriga, exatamente, os proprietários a intervir neste tipo de situações.

Sabe que existem muitas questões políticas, promessas feitas em ocasiões anteriores e até eleitorais, promessas que nunca foram cumpridas, promessas que enganaram ou tentaram enganar o povo da Moita, mas a situação atual torna-se cada vez mais insustentável e são precisas medidas firmes, nomeadamente da parte do município junto do MAI, para que intervenha e ponha cobro àquele estado de degradação.

Sr. Luis Chula do PS

Começou por dizer que cada vez mais a marca de um concelho é um ativo com um valor tangível e intangível, que obriga a uma gestão estratégica por parte de quem dirige o município, de forma a atingir múltiplos objetivos com vista a uma sã concorrência entre concelhos vizinhos. Recentemente foi publicado mais um estudo sobre o posicionamento de cada concelho a nível da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do país e que teve em conta uma metodologia que considerou cinco objetivos ou dimensões essenciais: atração de investimento, atração turística, atração de talentos, aumento da proeminência, ou seja, notoriedade, e o aumento das exportações das empresas do concelho. Diz o estudo que cada uma destas cinco dimensões tem em conta diferentes públicos-alvo que são sensíveis a distintos aspetos, o que significa que cada público-alvo, nomeadamente investidores e turistas, têm em consideração fatores

antagónicos aquando da escolha ou afinidade com cada país, região ou mesmo com cada cidade. No estudo a que se refere, das cinco que citou, foram apenas eleitas três destas dimensões para avaliar o desempenho de cada município por serem as mais precisas, que são as seguintes: negócios, ou seja, atração de investimento, visitas, ou seja, atração turística, e vivências, ou seja, atração de talentos e respetiva qualidade de vida.

Sem surpresa o resultado deste estudo revela que o concelho da Moita continua, e há vários anos, em último lugar no espaço da AML. Se no ano passado, aquando da publicação de igual estudo, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se não se sentia incomodado com este posicionamento do concelho, este ano renovou a pergunta e colocou outra que é qual a utilização que está a ser dada ao REOTMM (Relatório de Estado de Ordenamento do Território do Município da Moita), que na sua opinião deveria ser o “livro de cabeceira” do executivo camarário, no sentido de poder inverter esta lamentável e permanente constatação de serem sempre os últimos do pelotão em qualquer análise, estudo ou estatística, porque senão, qualquer dia, são “apanhados pelo carro-vassoura”.

Sr. Miguel Jorge do PS

Disse ter duas questões para colocar e que a primeira é relativa às piscinas da Baixa da Banheira porque na última sessão foi discutido e aprovado um determinado caminho, que tinha sido preconizado pelo executivo, para a gestão e funcionamento das mesmas. Uma vez que aquilo que se verificou é que não houve concorrentes interessados na exploração daquele espaço gostaria de saber se a Câmara terá assumido os custos de recuperação para permitir o seu funcionamento. Seria também importante que ficasse já esclarecido o novo caminho, uma vez que não será aquele que inicialmente foi discutido, apresentado e aprovado por esta Assembleia, bem como que fossem fornecidos mais alguns dados sobre estas alterações que ocorreram, nomeadamente aquilo que foi e que está a ser a intervenção por parte da autarquia, quais os custos envolvidos, o que está previsto em termos de modelo de funcionamento, para quando está prevista a abertura, quais serão as tarifas para os cidadãos e também gostaria de saber se isto é uma medida transitória, de exploração apenas nesta fase, ou qual a ideia da autarquia para o futuro deste complexo.

A outra questão trata-se também de um pedido de esclarecimento relativamente à Rua 1º de Maio, na Baixa da Banheira, porque o que quem por lá circula tem verificado é uma indisciplina no que concerne à utilização de fogareiros e outros equipamentos por parte do comércio, o que faz com que muitas vezes as pessoas tenham de circular pela estrada, ainda que nesta altura esse problema não se coloque porque a rua está fechada ao trânsito durante estes meses, o que faz com que se interroge sobre como é que as pessoas com mobilidade reduzida, ou com carrinhos de bebé, circulam por ali quando têm de evitar alguns destes equipamentos. Julga que era importante perceber que ações a autarquia já desenvolveu ou que intervenções já teve junto dos comerciantes, no sentido de disciplinar a utilização destes equipamentos, e não sabe até que ponto a sua utilização é legal, para que não haja uma apropriação privada daquilo que é um espaço público e para permitir a circulação adequada dos cidadãos.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Em primeiro lugar quis dar os parabéns à Câmara Municipal pelo bom trabalho que tem realizado nas piscinas e pela aprovação do regulamento que contempla o valor das tarifas que serão pagas, o que é do

conhecimento público e que lhe parece que a população está muito satisfeita com esta “abertura de olhar” à realidade que têm no concelho e na freguesia.

Em segundo lugar também quis parabenizar o município pela realização do IV Festival de *Blues* da Baixa da Banheira que mais uma vez contou com a participação de músicos internacionais e que, segundo a opinião do público presente e dos jornais da especialidade, foi um festival muito bem organizado e com uma grande, grande qualidade.

Por último pediu permissão para explicar o que ocorreu ontem nas Festas Multiculturais do Vale da Amoreira. Começou por dizer que, de acordo com as palavras do comandante da PSP do Barreiro, há cinco anos que não acontece nada de grave nestas festas. Ontem houve uma invasão de palco por indivíduos que, possivelmente, nem são do Vale da Amoreira, onde partiram os microfones e arranjam confusão, ao que se seguiu uma intervenção policial e, logo de seguida, houve um arremesso de garrafas e pedras por meia dúzia de pessoas a algumas pessoas que lá estavam. Um agente, na resposta, ficou isolado e foi agredido por dez indivíduos tendo levado três facadas no abdómen e, num espaço de dez ou onze segundos, levou com um grelhador na cabeça. A PSP interveio logo em seguida, tendo ficado tudo serenado e resolvido. O incidente foi grave, houve um único ferido mas um ferido grave, e o sucedido não teve a ver com o espaço mas sim com o facto de alguém se ter lembrado de fazer aquilo.

Considera que devem ter um pouco de respeito por esta situação, e informou que ontem teve o cuidado de estar no local até às três e meia da manhã a acompanhar os polícias, que foram ao hospital falar com os familiares e acha que não é correto vir para aqui tecer comentários nem tentar tirar dividendos políticos com questões que são extra. Reiterou que há cinco anos que não acontece nada naquele sítio e informou que, de acordo com dados que tinha na sua posse, nos últimos cinco anos morreram oito pessoas aos tiros na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, tendo questionado os presentes se deviam tirar de lá os bares, razão pela qual quando falam do espaço podem ter opinião mas têm que ter algum cuidado. Continuando informou que a Câmara Municipal dá apoio, faz as fiscalizações que tem de fazer e participa com a PSP, com a Comissão de Festas e com a Junta, e não há nada ali que seja feito sem o parecer da PSP, nada. Ainda hoje reforçaram o policiamento e reforçaram várias medidas, porque trabalharam em conjunto, mas estas situações são inexplicáveis e não se conseguem prever porque é a mesma coisa que alguém levar uma pistola no bolso e desatar para lá aos tiros, como sucedeu hoje em vários sítios.

Mais pediu que não fizessem “gincana” com situações sérias e que participassem nos sítios próprios porque aquela Comissão de Festas tem reuniões públicas para discutir os assuntos mas não são discutidos porque não há oposição a nada, só há nestas alturas, e não considera que seja correto virem-se agora aproveitar.

Concluiu informando que o agente da PSP está estável e a recuperar e que isso é que deve ser o mais importante neste momento, devendo portanto ser solidários neste momento.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder às questões apresentadas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dar a palavra à Sr^a Vereadora Vivina Nunes para abordar a questão da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Srª Vereadora Vivina Nunes

Informou que a CPCJ da Moita não está nos seus melhores dias em consequência de algumas das entidades que a compõem não estarem a cumprir com as suas competências e disse que a Segurança Social esteve dois meses ausente sem se fazer representar porque houve uma técnica que ficou em casa por motivo de gravidez de risco, e a técnica da Educação esteve um mês ausente e também não foi substituída. Como os presentes sabem as três entidades que normalmente estão a cem por cento são a Segurança Social, a Câmara Municipal e a Educação, havendo depois uma percentagem de vinte por cento para as IPPS's com uma técnica cooptada, vinte por cento para a Saúde, que neste momento se faz representar por uma técnica e o Movimento Associativo com dez por cento, o que levou a que há três semanas atrás tivessem de chamar a Comissão Nacional e a Srª Diretora do Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) para uma reunião de emergência, porque tiveram duas semanas em que a única técnica que estava na Comissão era a que está a tempo inteiro colocada pela Câmara Municipal, e isto com quatrocentos processo ativos, ou seja, mesmo que todas as pessoas estivessem a participar teriam um volume processual de mais de cem casos para alguns técnicos.

Segundo informação prestada a Segurança Social têm poucos técnicos e, por essa razão, veio agora uma técnica mas apenas a sessenta por cento porque divide o seu tempo com a CPCJ de Alcochete e, no que concerne à Educação, a técnica diz que se vai embora e não têm por parte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) nenhuma resposta quanto à sua substituição.

Perante esta situação a Câmara Municipal fez o que tinha a fazer, ou seja, tomou uma posição e chamaram cá o Juiz Conselheiro Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional, e a Diretora do CDSS, colocaram as questões e disseram que os processos que entrassem iriam diretamente para a Procuradora, o que aliás fizeram em um ou dois dias, porque não havendo quórum não têm competências para tratar nenhum assunto uma vez que as medidas têm de ser tomadas por unanimidade na comissão restrita. Ainda no decurso desta reunião da comissão alargada houve duas novas entradas para a comissão restrita, uma técnica da saúde que se reformou há pouco tempo e que foi cooptada tendo-se oferecido para fazer vinte por cento do horário semanal e também uma das representantes da Assembleia Municipal, que foi indicada por uma das forças políticas, que se disponibilizou para fazer vinte por cento.

De qualquer maneira ainda está muito aquém daquilo que é necessário porque a Segurança Social, para além da técnica que era sua representante na CPCJ, tinha técnicas que lhe prestavam apoio e, em dezembro, com o despedimento de oitenta trabalhadoras, todas da área da educação e com competências para trabalhar, ficaram sem os apoios técnicos bem como ficaram comprometidas as questões da representatividade assim que houve uma falha por doença, e as pessoas têm naturalmente direito a estar doentes, deveriam era ser de imediato substituídas. O trabalho que fizeram foi o de, diariamente, fazer o ponto de situação com a Comissão Nacional, através do envio de um *email* de manhã e à tarde pela técnica da Câmara a dizer o que se estava a passar, ou seja, a dizer que naquele dia, e mais uma vez, permanecia uma só técnica na comissão. Informou ainda que existem situações que podem requerer a saída de imediato dessa técnica, como por exemplo para fazer o acompanhamento de um menor para uma instituição, sendo que normalmente estas instituições não se situam na área metropolitana e muitas vezes têm de ir ao Porto, a Coimbra ou ao Alentejo, para colocar as crianças ou jovens que estão em risco em casas abrigo. Logo, se a técnica se deslocar a comissão fica sem ninguém, o que é uma situação preocupante. À data de hoje a situação está mais apaziguada porque já veio uma técnica a sessenta por

cento mas, de qualquer maneira, continuam a lutar e continuam a insistir junto das entidades para que se façam representar na sua totalidade.

Concluiu informando que está para sair uma legislação sobre as CPCJ e que a sua composição não traz nada de bom, bem pelo contrário, traz muitas coisas más.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Sobre o Boletim Municipal confirmou que quando iniciaram a sua distribuição verificaram que havia um erro na contracapa, que tinha a ver com o facto de faltar a referência à realização das Festas de Alhos Vedros na agenda, tendo a mesma sido suspensa e recolhidos os exemplares que foram possíveis, sendo que alguns já teriam chegado às mãos das pessoas, o qual será retificado e retomada a sua distribuição. Naturalmente que estes erros não podem acontecer mas não tem nada a ver com a freguesia de Alhos Vedros porque, nessa mesma página, a primeira iniciativa que é referida em letras bem grandes é a Feira do Livro que abriu hoje, ou seja, a questão não é Alhos Vedros mas sim um erro humano que se deteta e corrige.

No que concerne à lavagem dos contentores informou que está a decorrer mas que ainda não se completou a volta total ao concelho, o que já não demorará muito, embora quando se chega ao último já o primeiro está a precisar outra vez, por se tratar de uma tarefa ininterrupta que não tem fim, e isto porque é uma tarefa que, por vezes, tem algumas quebras uma vez que quando têm falhas de pessoal, ou mecânicas, mas sobretudo de pessoal, nas equipas dos circuitos de recolha têm de retirar pessoal dos circuitos de lavagem para os de recolha, porque a recolha não pode parar, e daí o ritmo ter quebras e não correr com a rapidez que desejariam.

Sobre a questão da SIMARSUL só quis acrescentar que quando se diz que não há prejuízos para a população quer-se dizer que não se prevê que haja prejuízos imediatos no serviço, porque o serviço irá continuar a decorrer com a mesma qualidade mas em termos de custos, embora sejam feitos muitos anúncios e seja vendida uma suposta melhoria em que para atingir o equilíbrio tarifário algumas regiões sobem para outras descerem, e isto até pode ser verdade no princípio, mas a verdade é que ao fim de algum tempo a tendência será para todas subirem, inevitavelmente em função até do que são os atuais regulamentos tarifários da ERSAR e de todos os processos que têm vindo a decorrer no sentido de se repercutir integralmente nos utentes, nos consumidores, os custos dos serviços. De qualquer maneira os impactos a este nível serão maiores para as regiões onde a água está abrangida pelo sistema, o que não é o caso da Moita, o que só vem comprovar, passados todos estes anos, o acerto na decisão dos municípios da região de não aceitarem a integração do abastecimento de água nos sistemas multimunicipais, mantendo a água a sua autonomia municipal.

Relativamente à questão da saída dos alunos da escola informou que até ao momento a escola nunca a colocou mas que lhes parece pertinente e por essa razão vão avaliar e falar com a direção da escola.

Quanto ao ex-edifício da "FIAT" disse que já foram feitas notificações mas não obtiveram resultados, tendo confirmado tratar-se de um edifício muito grande e com problemas de intrusão que não estão ao alcance da Câmara resolver, embora procurem manter esta intervenção junto dos proprietários, quando os conseguem identificar, porque por vezes nestes processos de falências é muito difícil descobrir quem é o dono, porque quem é hoje pode não ser amanhã, e daí nem sempre ser fácil. Todavia é um assunto que acompanham, dentro dos limites das suas competências.

No que concerne aos incidentes nas festas disse não ter nada para acrescentar, tendo subscrito aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

Sobre os cortes de água informou que existe um regulamento tarifário que tem as previsões do tarifário social, portanto de redução dos custos da água para as famílias socialmente desfavorecidas, sendo que depende das próprias famílias tratarem desse pedido de redução. Para além disso a Câmara tem a obrigação, enquanto prestadora de um serviço público tarifado, de fazer um controlo do não pagamento, dos “relaxos” no pagamento, até porque com a lei atualmente vigente as ações com vista a exigir o pagamento têm que ser muito rápidas porque, por razões que pelo menos para si não são fáceis de perceber, a lei prevê que ao fim de seis meses as dívidas prescrevem, ou seja, se não fizerem nada as pessoas, com alguma habilidade, nunca mais pagam água. Têm obviamente de intervir emitindo avisos de corte sendo que, normalmente, a emissão do aviso é quanto baste para que as pessoas se desloquem aos serviços e façam um acordo de pagamento, que é o que a Câmara pretende, que as pessoas se comprometam, de acordo com as suas possibilidades, a pagar o valor em atraso em prestações, prestações essas que, atualmente, podem ir até aos cento e vinte meses, ou seja, estão a falar de acordos a dez anos. Todavia, quando nada acontece, quando da parte dos consumidores não há qualquer manifestação de vontade de resolver o problema, avançam efetivamente para o corte e é só nessa situação limite que o corte acontece, quando as pessoas, pura e simplesmente, ignoram a situação. Ainda que entendam e compreendam que há situações sociais muito complicadas, e que isto não pode ser desligado desse problema, não podem não fazer nada.

Em relação ao acesso à escola José Afonso informou que a construção daquela via já foi bastante complexa porque existem ali questões de propriedade e de limite da própria zona urbana que não permitem ir mais além. Não crê que seja fácil fazer ali um passeio mas as crianças e os jovens podem sempre circular em segurança se subirem aquela pequena rua e se deslocarem pela rua Amílcar Cabral onde existem passeios, pelo que não têm que ir pelo meio do canal bastando não fazerem em linha reta e fazerem os “catetos”. Poderão avaliar a situação mas a construção daquela via e até a sua pequena dimensão já foram o possível face ao já referido limite da zona urbana, por um lado marcado pela vala, e daí não terem quaisquer meios de negociação para irem além disso e do outro lado são propriedades privadas cuja ocupação suscita questões diversas.

No que concerne à Lagoa da Pega disse que irão verificar e que os serviços irão avaliar.

Sobre os terrenos devolutos informou que a Proteção Civil Municipal tem estado a acompanhar a matéria com os bombeiros, foi feito um levantamento com o comandante dos bombeiros das situações consideradas como a necessitar de intervenção da Câmara, quer em terrenos que sendo municipais exigiam que a limpeza fosse feita pela Câmara, quer em terrenos particulares em que foram feitas notificações, ainda que nem todas elas tenham tido a devida consequência por parte dos seus proprietários e, quando isso acontece, iniciam um processo que passa por, nas situações em que isso se revele indispensável, fazerem a limpeza e procurarem depois o ressarcimento junto dos proprietários relativamente aos encargos incorridos.

Relativamente ao ex-quartel dos bombeiros e futuro quartel da GNR, ou não, informou que a situação não evoluiu desde a informação que julga ter prestado na última assembleia, ou seja, teve uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna há uns meses, que o informou que consideram a construção deste novo quartel uma prioridade e que a intenção era a de avançar com o processo ainda este ano para que a sua construção ocorresse para o ano (e aqui abriu um parêntesis para dizer que já ouviram

esta história outras vezes mas enfim, um dia há de ser mesmo e por isso vão acreditar que vai ser desta vez).

A questão que foi colocada prende-se com o desacordo que os próprios comandos da GNR têm e que o Ministério da Administração Interna (MAI) acompanha em relação àquele edifício porque entendem que é mais difícil recuperá-lo e refuncionalizá-lo do que construir de raiz, utilizando os projetos modelo que o MAI possui e daí terem colocado a questão se a Câmara estaria disponível para fazer uma permuta entre um terreno que tivesse capacidade para acolher este edifício e aquele, ao que responderam que sim e enviaram a listagem dos terrenos disponíveis, bem como todos os elementos que foram solicitados sobre áreas, sobre acessibilidade, etc.

Entretanto o Sr. Secretário de Estado demitiu-se, durante umas semanas não tiveram interlocutor e depois voltaram a ser contactados tendo-lhes sido dito que não iria ser nomeado um novo Secretário de Estado mas que os processos estavam a ser acompanhados pelo Chefe de Gabinete da Sr^a Ministra e que mantinham a intenção de, rapidamente, poder fazer o protocolo para a permuta de um terreno pelo edifício, mas até agora não aconteceu mais nada.

Em relação à situação de degradação do edifício informou que o serviço da Proteção Civil entrou lá dentro, fotografou, fez um levantamento da situação e enviaram ao MAI esse *dossier* pedindo uma intervenção urgente, *dossier* esse que foi também apresentado ao novo Comandante do Destacamento, colocado há pouco tempo no Afonsoeiro, mas aí a resposta foi, e o Comandante do Posto, Sargento Rebelo, também o afirma repetidamente, que a GNR acompanha, faz passagens frequentes para ver se existe alguma utilização indevida do edifício, mas que o edifício não é da GNR é do MAI e, portanto, outro tipo de medidas, como por exemplo que fossem entaipados os acessos de acordo com o solicitado pela Câmara, não podiam fazer sem ordens do MAI.

É este o ponto de situação e não vão naturalmente largar, porque não só a situação da GNR há muito que devia estar resolvida, porque as condições em que trabalham na Moita não são dignas, como agora, com a degradação daquele edifício, urge que o MAI tome medidas para ultrapassar a situação.

Quanto à intervenção do Sr. Luis Chula, disse que de facto se preocupa com o que falta fazer de desenvolvimento para o concelho, e que é por isso que tanto na Câmara como nas autarquias do município agem de todas as maneiras que estão ao alcance para promover o seu desenvolvimento, mas perguntou o que é o PS fez estes anos todos pelo desenvolvimento da nossa terra.

Sobre as piscinas informou que o processo de concurso ficou deserto e, em função disso, assumiram que a abertura das mesmas era necessária porque são um equipamento que não era justificável mantê-lo fechado durante o verão, uma vez que é muito utilizado e que devia estar aberto, e tomaram as medidas quer de obras quer de contratação de pessoal para abrir. Como foi comunicado à população vai abrir no dia um de julho e funcionará até treze de setembro, as tarifas foram aprovadas na última reunião de Câmara e são tarifas significativamente inferiores áquilo que era praticado anteriormente, tendo um valor máximo diário para um adulto de cinco euros, os preços por meio-dia são nuns casos um euro noutros dois euros e existem preços especiais para famílias a partir de três pessoas com descontos de vinte por cento. Pensam portanto que estão criadas as condições para que tenha, para além da sua função recreativa e de lazer, também uma função social de acesso a um equipamento que é único na região.

No futuro terão de ponderar bem, ponderação essa que ainda não está feita, em que moldes vão fazer o novo concurso porque há uma coisa que é clara e incontornável que é o facto do equipamento de restauração ter de ser concessionado. A questão que se pode equacionar é em que moldes se concessionaria

e se se concessionaria todo o equipamento em conjunto ou se vão separar, e é essa a ponderação que vão fazer durante o verão, vão pensar nisso e ouvir opiniões, até de potenciais interessados, para ver se quando abrirem o novo concurso têm as condições capazes de corresponder à procura que possa aparecer.

Sobre a rua 1º de Maio disse que já lhes chegaram informações de desagrado de pessoas e de comerciantes relativamente à proliferação de fogareiros que este ano se está a verificar, já foram tomadas algumas medidas, até agora não coercivas, ou seja, houve contactos da fiscalização e, de acordo com a informação que o Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, o próprio acompanhado pela comandante da PSP da Baixa da Banheira percorreram os diversos estabelecimentos, falaram com as pessoas e procuraram que tivessem alguns cuidados que até agora não estavam a ter. Se estas medidas não tiverem resultados terão de passar à fase seguinte que é exigir que sejam retirados ou que sejam colocados apenas mediante condições que serão, naturalmente, difíceis de cumprir porque ali o espaço não é muito e se as pessoas não tiverem o bom senso de ser capazes de conviver com a fruição normal da rua vai ser um problema e depois, naturalmente, tantas vezes como aquelas que agora se queixam levantar-se-ão para dizer “a vida está tão má e estão a dar cabo do negócio às pessoas” ou “aquilo é que era a salvação deles”, porque se sabe que nestas coisas nunca se consegue agradar a “gregos e a troianos” mas, se não for pela via do diálogo, terão de ter alguma ação.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Por se ter apercebido que alguns membros da Assembleia pretendiam voltar a intervir deu a palavra aos mesmos, dando a indicação que seria a última oportunidade para o fazerem e solicitou que fossem breves.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Começou por dizer que acha que o Sr. Presidente da Assembleia não tem razão para exigir síntese porque esta é a primeira sessão em que irão terminar antes da meia-noite, enquanto todas as outras terminaram pelas duas e meia ou três da manhã, e daí achar que lhes deve permitir alguma tranquilidade de espírito para colocarem questões que são importantes, não só para as pessoas como também para a própria Câmara, e porque vai abordar um tema que crê ser resolúvel também em benefício da Câmara porque tudo quanto a Câmara faça que seja bom para o cidadão é também bom para a Câmara.

Continuando, disse ser óbvio que a questão que o Sr. Presidente da Câmara relatou sobre o problema da cobrança da água não o agrada porque sabe que o compromisso de cada cidadão é cumprir, mas os portugueses estão atrasados no pagamento em muitas áreas e o governo está a beneficiar disso porque cobra coimas enormíssimas em várias áreas, nomeadamente nas portagens, etc.. Todavia trata-se de um assunto de extrema importância, que é o direito humano, à água e daí parecer-lhe que tem de haver outro critério porque, no seu entendimento, não deve ser decidido apenas pelo atraso no pagamento, nem pelo pagamento em frações, porque há famílias que não têm capacidade nenhuma de fazer o pagamento, mesmo que seja em frações. No seu entender este assunto deve merecer uma atenção especial por parte dos serviços sociais, ou não, porque há casos e há casos excecionais, e perante casos excecionais deve ser tomada uma atitude excecional.

Mais reiterou que hoje viu um artigo que dizia que o atual governo, que não é o seu, aprovou um subsídio de renda para inquilinos com carência económica, ora se a obrigação do governo é cobrar, e o atual governo é exigente ao ponto de, inclusivamente, hipotecar casas, etc., etc., pelo que pediu ao Sr. Presidente que visse se é possível que haja um critério que tome em conta as situações excecionais.

Aproveitou ainda a oportunidade para colocar outro caso, que já há algum tempo aguardava para ter oportunidade, porque existem várias artérias na Moita, quer de um sentido quer de dois sentidos, com passeios bastante largos e, sabendo que em algumas Câmaras, apesar de não saber quais, tem sido feito um aproveitamento desses passeios, quando estes o permitem, para fazer um traçado de modo a que se possa estacionar viaturas sem impedir o uso pedonal do passeio, evitando as multas como algumas vezes acontece, ainda que esporadicamente, porque passa algum polícia mal disposto e, de vez em quando, autua as pessoas. A título de exemplo referiu a zona do Mercado Municipal onde existem passeios que permitem, roubando um pouco ao passeio e fazendo um tracejado, o estacionamento, ou na rua de São Sebastião onde o passeio também o permite e onde o próprio tem um armazém e já foi lá multado.

Mais disse que abordou este tema atendendo ao número de automóveis existentes, e não só na Moita como também, por exemplo, na Baixa da Banheira, onde existe dificuldade para estacionar o que obriga a que as pessoas coloquem o carro em situações que não são legais, mas que podem ser desde que a Câmara o diligencie e execute.

Por último abordou o problema dos homens que fazem a recolha do lixo porque de verão até não é importante mas em pleno inverno sujeitam-se a condições desumanas, e se calhar até é um disparate da sua parte mas parece-lhe que devia ser observado pelas empresas que constroem os carros, porque hoje em dia existem meios suficientes para colocar pequenas cabines de modo a que os homens entrem e saiam com facilidade e para que não estivessem expostos ao rigor do inverno, sendo esta uma questão que lhe parece que devia merecer da parte de todos uma atenção, ainda que não saiba até que ponto é possível.

Sr. João Faim da CDU

Atendendo à intervenção anterior começou por dizer que se permite concordar, exatamente com as condições muito difíceis e por vezes impróprias para quem exerce, por tão baixa remuneração, um serviço tão importante para a comunidade e lembrou não só os baixos salários a que estão sujeitos mas principalmente a luta, e a CDU tem defendido isso ao longo de vários anos, os sindicatos e os trabalhadores têm lutado por isso ao longo de vários anos, pelos subsídios de insalubridade, atendendo à situação a que estes trabalhadores estão sujeitos, e nenhum governo dos sucessivos governos do PS, do PSD e do CDS fizeram aprovar e regulamentar este subsídio de insalubridade que seria, só por si, uma pequena compensação ao muito sacrifício que estas pessoas fazem. Reiterou que concordava totalmente com a afirmação do Sr. Staline Rodrigues a qual, naturalmente, deve ser consequente quando discutem, quando apresentam moções ou quando apresentam tomadas de posição política na defesa dos trabalhadores.

A questão que o levou a intervir prende-se exatamente com um pedido, para que conste na ata, e é relativa à situação da CPCJ porque há pouco a Sr^a Vereadora referiu que um elemento indicado por uma força política está a participar a vinte por cento na comissão permanente e quis dizer que esse elemento foi indicado pela CDU e trata-se de uma técnica aposentada que trabalhou durante muitos anos ligada ao ensino que, a título de trabalho totalmente gracioso, faz parte da comissão alargada e dado o estado calamitoso está a ajudar a comissão permanente, também graciosamente, participando um dia por semana. E aqui é realmente de assinalar e de se congratularem porque existem cidadãos, independentemente da força política que os indica, ainda que neste caso tenha sido indicada pela CDU, mas independentemente da força política, com sentido de responsabilidade, com sentido do serviço público e que, a título gracioso, desempenham este trabalho que é uma competência do Estado, ou seja, aquilo que outros não fazem,

neste caso aquilo que o Governo não faz, nomeadamente, como já aqui foi explicado, pela Segurança Social e pelo Ministério da Educação.

Sr. Carlos Gonçalves do PSD

Perguntou ao Presidente da Câmara qual é o estado atual do projeto de saneamento básico do Penteado e se há previsões relativamente à data de início e de término da obra.

Sr. Luis Chula do PS

Começou por dizer que esta sua intervenção tem a ver com as afirmações proferidas pelo Sr. Nuno Cavaco nesta Assembleia, em representação da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, porque o Sr. Nuno Cavaco é “useiro e vezeiro” em criar situações e fazer alguma agitação política, usando terminologia e expressões muitas vezes um pouco afastadas do que é o sentido democrático e da função dos membros desta Assembleia. Isso não o surpreende. Falou aqui em “gincana” política quando não foi feita nenhuma “gincana” política, se é que ele sabe o que é que isso significa. Foram feitas uma constatação e a lamentação de um facto, mas não se responsabilizou nem a Câmara nem a Junta de Freguesia pelo triste acontecimento, e depois foram feitos pedidos de esclarecimento sobre outras questões que também têm a ver com segurança mas que não estão intimamente ligadas, naturalmente, com a questão que ocorreu. Surpreendido ficou quando o Sr. Presidente da Câmara subscreveu aquilo que o Sr. Nuno Cavaco disse, isso é que o surpreende. Ao menos teria o dever de fazer alguma ressalva sobre alguns dos considerandos que o Sr. Nuno Cavaco, inoportunamente, teceu.

Em resposta à questão que o Sr. Presidente da Câmara lhe colocou sobre o que é que o PS faz disse-lhe que o que o PS faz é o que está estabelecido na Constituição e que nos órgãos onde estão representados fazem aquilo que está estabelecido na Constituição e no Estatuto da Oposição. Aqui nesta Câmara, ou seja, nesta Assembleia Municipal, fiscalizam os atos do executivo. É chato? Mas é. É da Constituição.

Sr. Miguel Jorge do PS

Pedi para recuperar a questão que colocou há pouco sobre as piscinas porque, talvez por lapso, não foi muito objetivo relativamente àquilo que foi o investimento feito por parte da autarquia na recuperação e adequação necessária ao funcionamento das piscinas para estes meses de junho e julho a treze de setembro. Ficou agradado por saber que houve esta consideração em termos de tarifas sociais para que sejam acessíveis à população e disse que gostaria de saber se isso será tido em consideração por parte da autarquia naquilo que será o futuro que, como foi referido, é ainda desconhecido, relativamente à gestão daquele espaço.

Mais questionou se no que concerne à concessão do espaço, se for essa a opção, se esse investimento será refletido na entidade que vier a ficar como concessionária daquele equipamento.

Sr. Eduardo Teixeira da CDU

Começou por dizer que não tinha nenhuma questão em concreto mas que tinha algumas observações que pretendia fazer.

Sobre a questão das águas, e apesar de ter sido dito aqui que não iriam aumentar os custos, disse que os exemplos que têm, ao nível nacional, das águas que já foram privatizadas é que existe sempre um aumento dos custos. O próprio apesar de ter sido acolhido, e muito bem, neste concelho é originário da Covilhã onde

a água está privatizada e os seus pais pagam água muito mais cara do que aqui. É também o caso de Barcelos, por exemplo, onde a Câmara Municipal está na falência devido à privatização das águas.

Em relação à questão das cobranças coercivas e dos cortes da água disse pensar que isso decorre da lei a que a Câmara está obrigada a cumprir, lei essa que foi aprovada pelos partidos da “desgovernação”. A título de exemplo referiu as Águas do Sado em que o limite são trinta dias de atraso, não há acordos de pagamento e para retomar o serviço existe um custo de sessenta euros.

Quis ainda tecer umas considerações sobre os estudos, e o próprio costuma fazer estudos específicos sobre uma área específica, porque alguns estudos podem ser muitos tendenciosos, ainda que existam maneiras de evitar que eles sejam tendenciosos, e este estudo em concreto, que pensa ser o do Jornal de Negócios, considera a questão do turismo e das dormidas como um fator de avaliação e todos aqui viram, na última Assembleia, o PS a colocar uma série de dificuldades a um empreendimento turístico que vai trazer dormidas para o concelho, e que será provavelmente o único, sendo portanto um contributo para o desenvolvimento do concelho.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder às questões apresentadas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Sobre a questão da água, e como já disse, não podem não fazer nada, mas de resto podem sempre discutir melhores opções e ou propostas.

Quanto ao estacionamento nos passeios informou que, em situações muito concretas, onde isso se justifique e seja possível, já acontece porque já existem zonas no concelho com o sinal a indicar o estacionamento em “meio” passeio, mas crê que não é algo que se possa generalizar, até porque isso depois põe em causa a segurança dos peões, sendo portanto uma questão que só em casos muito específicos é possível aceitar.

Relativamente à situação dos trabalhadores da recolha do lixo subscreveu o que foi dito pelo Sr João Faim. Informou que a obra de saneamento no Penteadó irá iniciar na próxima semana e que tem uma duração prevista de quatrocentos dias, tendo ressalvado a possibilidade de, numa obra desta dimensão, haver alguns atrasos mas também os atrasos têm limitações legais porque também as empreitadas de obras públicas têm termos legais, pelo que ainda que haja algum atraso não será muito para além desta previsão. No que concerne ao facto de ter subscrito o que foi dito pelo Sr. Nuno Cavaco informou estar a referir-se à explicação relativa às condições em que a festa é realizada, o que subscreve por inteiro, mas também pretendeu dizer que entende, como ele entende, que isto não é assunto sobre o qual se possa fazer “gincana” e foi só isto que ele disse, não disse mais nada, não apontou dedos a ninguém, apenas disse ser um assunto sobre o qual não se deve fazer “gincana”, e o próprio subscreve isso, o que estranha é que o Sr. Luis Chula não o subscreva.

Em relação à questão feita sobre o investimento do município disse que as obras que estão a ser efetuadas irão rondar os sessenta mil euros e que os termos da futura concessão terão de, naturalmente, ter em conta o investimento que agora é feito. A opção que tinham feito no concurso era de ser o concessionário a fazer esse investimento e a autarquia oferecia uma renda baixíssima para um equipamento daquela dimensão, uma vez que foi o município a fazer o investimento obviamente que os termos em que a concessão vier a ser feita terá de ter isso em conta mas, como disse, essa ponderação ainda não está feita.

Sobre a questão das tarifas disse que a Câmara Municipal não tem por finalidade obter lucros com os seus equipamentos e daí terem posto uma tarifa atenta às condições sociais e a alguma recuperação de alguns encargos, mas quem concessionaria um equipamento daquela natureza tem de ter algum retorno do seu investimento e daí não poderem impor tarifas que não tenham isso em atenção, todavia será mais um dos termos que terá de ser equacionado no âmbito do futuro concurso.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de se iniciar a leitura da ata em minuta, e com o intuito de dar um pequeno contributo no esclarecimento prestado ao Sr. Staline Rodrigues, informou que o regulamento municipal de abastecimento de água tem cláusulas que preveem que pessoas que reúnam determinadas condições, ou que estejam abaixo de determinados índices de rendimento, tenham acesso a tarifas sociais e por isso é dever de todos informá-las disso dizendo-lhes que se devem dirigir à Câmara para o solicitar.

Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com vinte e sete votos.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, era uma vinte e três horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de 2015.

O Presidente

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária